

Carlos Ascenso André

**DA MINHA LÍNGUA VÊ-SE O MAR.  
LITERATURA E ENSINO DA LÍNGUA**



Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras

**FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO**

DA MINHA LÍNGUA VÊ-SE O MAR. LITERATURA E ENSINO DA LÍNGUA

**AUTORES**

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

**EDITOR**

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**EDIÇÃO**

DIANA SARAIVA DE CARVALHO

**ISBN**

978-972-623-387-9

**ORGANIZAÇÃO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 Lisboa

Telefone: 213219730

Correio Electrónico: [geral@acad-ciencias.pt](mailto:geral@acad-ciencias.pt)

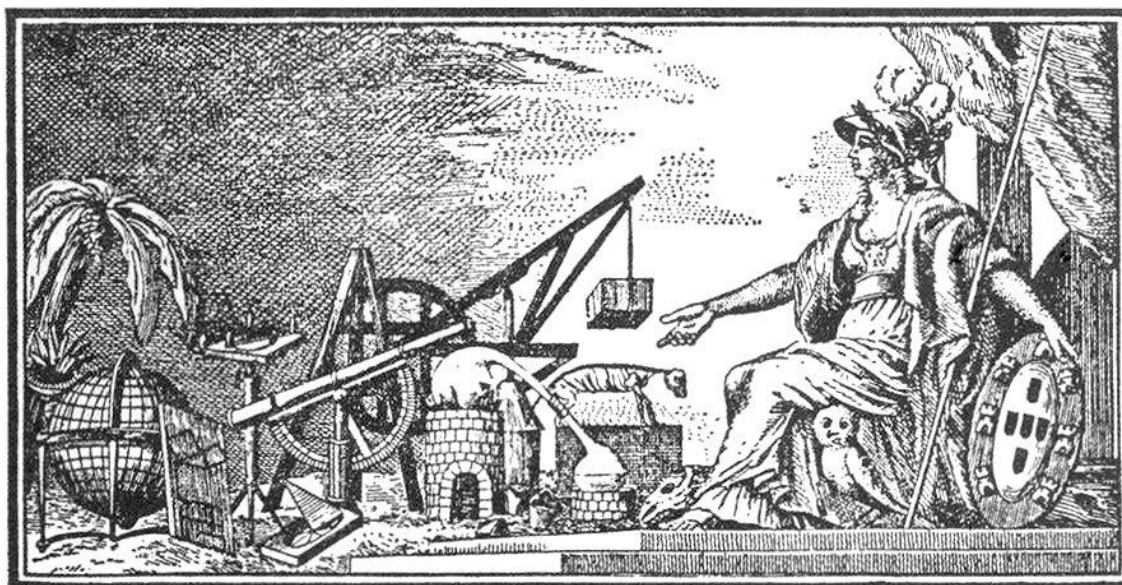
Internet: [www.acad-ciencias.pt](http://www.acad-ciencias.pt)

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2020

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor.

Carlos Ascenso André

**DA MINHA LÍNGUA VÊ-SE O MAR.  
LITERATURA E ENSINO DA LÍNGUA**



Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLI

# Da minha língua vê-se o mar. Literatura e ensino da língua

CARLOS ASCENSO ANDRÉ<sup>1</sup>

*Da minha língua vê-se o mar.* Não é por acaso que escolho como portal desta minha intervenção sobre a importância da literatura no ensino da língua a frase emblemática do romancista Vergílio Ferreira; pronunciou-a ele no momento em que lhe era entregue um dos mais prestigiados prémios europeus e isso lhe confere especial significado.

Frase, em si mesma, paradigmática, na simbologia de que se reveste, no alcance que pode atingir, na significação, mediata e imediata, que dela decorre. E frase não menos paradigmática, também, no domínio do uso e da manipulação da técnica discursiva, no que aos vários capítulos da velha gramática diz respeito, mas não só.

Atente-se, desde logo, no apassivante pronome que, em *vê-se*, conjuga, à uma, a indeterminação do sujeito, assim alargando a uma comunidade potencialmente ilimitada os detentores da faculdade expressa no verbo, com a leitura passiva da ação veiculada pelo mesmo verbo, concentrando no mar (e na possibilidade de por toda essa comunidade ser visto) o centro nevrálgico da enunciação.

Perguntar-se-á, afinal, qual a tónica da afirmação de Vergílio Ferreira, se legítimo é, a esta distância, hierarquizar os seus termos: o mar ou o ato de ver? A indeterminação do sujeito ou as potencialidades do objeto?

E repare-se, por outro lado, na abertura: *da minha língua*. Lugar de onde, bem entendido, carregado de simbologia, por força da carga metafórica que a conjugação de todos os elementos lhe empresta e de que a seguir se tratará.

De sintaxe se falou e de como poderia ser potenciada a sua análise em tão exíguo sintagma. Somemos-lhe, porém, a semântica, acrescida das virtualidades da estilística, que o código retórico subjacente à frase é tudo menos despiendo.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra

É que, valha a verdade, da língua nada se vê, que a língua não será, propriamente, um lugar de privilegiada observação; ou, por outra, a língua, no plano da atividade sensorial, tem múltipla importância, mas nenhuma delas a converte em miradouro. O que nos conduz, no fim de contas, a uma estrita utilização da dimensão cinestésica da linguagem, com a fusão, em sintagma de tão escassas dimensões e não menos escassos lexemas, de tão plural significação e tão abrangente polissemia.

Mais importante, porém, do que tudo isso será a simbologia e o alcance da frase: por que razão podia dizer Vergílio Ferreira – e por que razão o disse e por que razão foi entendido quando o disse – que da sua língua, ou seja, da língua portuguesa, se podia ver o mar?

Desde logo, se legítimo é indagar a afirmação do escritor e interpretá-la à sua revelia, porque o mar é o elo de ligação entre toda a comunidade de falantes da língua portuguesa. Brasil – Portugal – Cabo Verde – Guiné – S. Tomé e Príncipe – Angola – Moçambique – Macau – Timor. Ou, para usar a ordem correta, na hierarquia do tempo camoniano, Timor – Macau – Moçambique – Angola – S. Tomé e Príncipe – Guiné – Cabo Verde – Portugal – Brasil.

Porque o mar foi veículo privilegiado, quando não exclusivo, de carga/descarga ou, se se preferir, talvez com maior propriedade, cais de embarque e desembarque de palavras exportadas e importadas. Do mar, no mar, pelo mar se fez a língua portuguesa. Por isso, também, da língua portuguesa se vê o mar, juntos como cresceram no percurso que juntos fizeram, no trilho dos séculos.

Porque muito da língua portuguesa é feito de mar, povo de marinheiros que somos, sempre de mala, de baú, de bolsa em riste, marinheiros de torna-viagem, com um cais de embarque em cada canto do mundo, conhecido e, porventura, não conhecido, com um mapa clandestino de tesouros por desvendar, de becos por descobrir, de sendas, de trilhos, de vielas que nos meandros escusos do tempo e de viagens sem rumo e sem termo se abrigam, se abrigo há nelas.

*Da minha língua vê-se o mar.* Eis a metáfora de evidente alcance, mas que dificilmente um falante comum lograria fabricar, posto que muitas metáforas fabrique, no quotidiano da língua e seus usos, com recurso a esse mesmo significante, *o mar*: “um mar de gente” ou “um mar de lama”, “um mar de sangue” e “um mar de lágrimas”, “um mar de verdura” ou “um mar de dúvidas”, “um mar de paixões” ou “um mar de delícias” ou, ainda, “um mar de rosas”; eis a metáfora,

enfim, que só um escritor, um homem de literatura seria capaz de arrematar, nos recantos ínvios e mágicos de sua forja.

E, porque do mar se vê a língua, acaba essa mesma língua por ser a nossa pátria, no dizer, não menos expressivo, de Fernando Pessoa. Mais cidadãos de pátrias múltiplas do que cidadãos de pátria alguma, para recorrer ao insuperado paradoxo de Jorge de Sena, portugueses, angolanos, brasileiros, são-tomenses, caboverdianos, guineenses, macaenses, moçambicanos, timorenses fazem da língua uma pátria, sem cartão de identidade nem passaporte, mas que envergam como traje de que se orgulham e de que, com estranha persistência, não querem libertar-se.

Não foi por acaso, pois, que iniciei por aquelas palavras a presente reflexão.

Desiluda-se quem espera ouvir-me falar do mito da inseparabilidade da língua e da literatura no ensino da primeira, da dependência de uma em relação à outra, como se gémeos siameses fossem. Esse mito há muito que está mais do que desfeito.

Mas desencante-se quem, ao invés, supõe que virei defender a tese inversa, o mesmo é dizer, que o ensino da língua sobrevive bem sem qualquer recurso à literatura. Lá que sobrevive, sobrevive e longe de mim pô-lo em causa. Mas sobreviverá de corpo inteiro? Sobreviverá incólume?

Então e a recriação diária da língua em páginas e páginas dos autores literários? Então e esse laboratório de diária produção que são os poemas, novelas, peças de teatro, descrições, diálogos e *tutti quanti*? Então e a vantagem, de limites por conhecer, de aprender a construir a língua nos fecundos destroços daqueles que assumem por missão desconstruí-la?

Ousemos um exemplo, desta feita do nosso Nobel. Não, não vou lançar mão de um daqueles parágrafos intérminos, de pontuação duvidosa, quando não inexistente, o que vai dar quase ao mesmo, ao arrepio de todas as regras da prosódia, da sintaxe, quando não da semântica, da morfologia e de quantos códigos poderiam aqui ser mencionados, por assumidamente negligenciados. Não, não me voltarei para tais textos. Deito mão de um outro, bem antigo, por sinal, sem artifícios nem ruturas especiais. Um texto escrito com o destino de ser uma crónica, em tempo em que o seu escrevente era ainda insuspeito de vir a ser, um dia, anos volvidos, um dos nomes centrais da literatura portuguesa e, mesmo, da literatura universal.

As palavras são boas. As palavras são más. As palavras ofendem. As palavras pedem desculpa. As palavras queimam. As palavras acariciam. As palavras são dadas, trocadas, oferecidas, vendidas e inventadas. As palavras estão ausentes. Algumas palavras sugam-nos, não nos largam: são como carraças: Vêm nos livros, nos jornais, nos slogans publicitários, nas legendas dos filmes, nas cartas e nos cartazes. As palavras aconselham, sugerem, insinuem, ordenam, impõem, segregam, eliminam. São melífluas ou azedas. O mundo gira sobre palavras lubrificadas com óleo de paciência. Os cérebros estão cheios de palavras que vivem em boa paz com as suas contrárias e inimigas. Por isso as pessoas fazem o contrário do que pensam, julgando pensar o que fazem. Há muitas palavras.

[...]

Porque as palavras deixaram de comunicar. Cada palavra é dita para que se não oiça outra palavra. A palavra, mesmo quando não afirma, afirma-se. A palavra não responde nem pergunta: amassa. A palavra é a erva fresca e verde que cobre os dentes do pântano. A palavra é poeira nos olhos e olhos furados. A palavra não mostra. A palavra disfarça.

Daí que seja urgente mondar as palavras para que a sementeira se mude em seara. Daí que as palavras sejam instrumento de morte – ou de salvação. Daí que a palavra só valha o que valer o silêncio do acto.

Há também o silêncio. O silêncio, por definição, é o que não se ouve. O silêncio escuta, examina, observa, pesa e analisa. O silêncio é fecundo. O silêncio é a terra negra e fértil, o húmus do ser, a melodia calada sob a luz solar. Caem sobre ele as palavras. Todas as palavras. As palavras boas e as más. O trigo e o joio. Mas só o trigo dá pão.<sup>2</sup>

Qualquer utente da língua portuguesa, qualquer falante, para usar o termo mais técnico e inofensivo, poderia ter escrito este fragmento. À exceção de uma certa força, uma certa magia, digamos, escondidas sob o traje da mais comum das linguagens, nada há nele que o qualifique de forma especial como um texto atribuível a autor de eleição. Qualquer outra pessoa o poderia ter escrito. Poderia, mas não o fez. Não lograria, porventura, alcançar a força, a energia, a acutilância

---

<sup>2</sup> José Saramago, *Deste mundo e do outro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971, 51-53.

de Saramago. O ovo de Colombo, afinal, poderia ter sido de qualquer um. Mas foi de Colombo.

Olhemos o que diz o texto.

As palavras, essas de que o texto fala, supostos atores nas artes performativas da linguagem, protagonistas de um tablado onde são, ao mesmo tempo, atores, personagens, adereços (para não dizer público) são, ao mesmo tempo, boas e más.

O texto, aliás, é fértil em exemplos, muitos deles de suma utilidade, se para tanto os quisermos, na aprendizagem da língua portuguesa.

Começemos, desta feita, pelo poder da metáfora: expressões como “as palavras queimam” ou “as palavras acariciam” possuem uma força especial. E que dizer dessa outra metáfora, feita de personificação, que é a que diz que “as palavras sugam-nos, não nos largam”? E da sua concretização crua, na comparação que anuncia que “são como carraças”? Ou da imagem, de rara expressividade, que sustenta que “o mundo gira sobre palavras lubrificadas com óleo de paciência”?

Atentemos em todo o enunciado, mesclado de arrojados metafóricos, paradoxos e cinestésias, que “a palavra é a erva fresca e verde que cobre os dentes do pantano. A palavra é poeira nos olhos e olhos furados. A palavra não mostra. A palavra disfarça.”

Ponhamos de lado metáforas, comparações e outros artifícios da semântica, em que este texto é fértil e em que muito poderia ensinar a estudantes de língua portuguesa, e olhemos outras especificidades do português. Enuncie-se sem qualquer ordem ou hierarquia: a diferença entre “ser” e “estar” (“as palavras são...”; “as palavras estão ausentes”; a anteposição do pronome pessoal por ação da negativa; o uso do gerúndio; alguns exemplos de hipotaxe – proposições finais, temporais, causais, mas não só; verbos regulares e irregulares... enfim, um sem-número de exemplos que o professor de Língua Portuguesa pode utilizar, com a vantagem de enriquecer, incontestavelmente, o vocabulário dos seus estudantes, por força dos cambiantes que o autor empresta às suas palavras.

De palavras se fala. Que palavras? Pois bem: as da linguagem comum? Sim, essas, desde logo: as que são boas e as que são más, as que aconselham, sugerem, insinuem, ordenam, impõem, segregam, eliminam, as que deixaram de comunicar.



As da língua literária? Também. Todas as outras de que acima se falou e que contêm potencialidades desviantes, por assim dizer, do seu uso mais corrente.

Vivem umas com as outras? E como houveram de viver? Sim, vivem. Vivem umas sem as outras? Também, claro, os dois lados que são de um mesmo casamento e de um mesmo divórcio.

Às palavras se poderia aplicar o que o mesmo José Saramago diz da verdade ou das verdades, em um dos seus mais notáveis romances, porventura ainda não suficientemente reconhecido e estudado, *O ano da morte de Ricardo Reis*:

As verdades são muitas e estão umas contra as outras, enquanto não lutarem não se saberá onde está a mentira.<sup>3</sup>

Vivem, portanto, umas com as outras e umas sem as outras. E vivem da mesma forma com e sem? Não. Manifestamente não.

É desse território fecundo que falo. Dessa jazida aparentemente inesgotável, desse filão que um dos campos, apenas, não lograria ser.

Experimentemos a poesia, essa face mais preciosa, mas também mais fértil e mais imperscrutável, da literatura.

Ofício de poeta é ofício de paciência, um trilha de teimosia, como o dos garimpeiros em busca da sua pepita. E, no entanto, o poeta vive de palavras, dos mesmos instrumentos de manejo fácil e quotidiano que nós, nas nossas aulas, ensinamos aos nossos alunos. Experimentemos, porém, assistir à busca pressurosa e persistente do poeta, no momento em que se entrega ao seu garimpo:

Toda a manhã procurei uma sílaba.  
É pouca coisa, é certo; uma vogal,  
uma consoante, quase nada.  
Mas faz-me falta. Só eu sei  
a falta que me faz.  
Por isso a procurava com obstinação.  
Só ela me podia defender  
do frio de janeiro, da estiagem

---

<sup>3</sup> José Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*, Lisboa, Editorial Caminho, 1984, 388.

do verão. Uma sílaba.  
Uma única sílaba.  
A salvação.<sup>4</sup>

Neste caso, valha a verdade, é difícil encontrar uma palavra que se afaste da sua mais comum significação. Todas as palavras do poema, o poema narrativo de um poeta que procurava a sua sílaba mágica, a sua palavra preciosa, todas as palavras da narração pertencem ao vocabulário comum e têm o significado com que a linguagem comum as utiliza. É um texto, portanto, de apreensão fácil e quase imediata. E, no entanto, é um poema. No seu conjunto, possui a arte de encantar, de produzir com as suas palavras uma harmonia, uma música, uma atmosfera especiais.

Não será útil ao estudante de língua portuguesa apreender essa harmonia que se resguarda por detrás das palavras mais correntes?

Olhemos um outro exemplo do mesmo poeta:

O mar. O mar novamente à minha porta.  
Vi-o pela primeira vez nos olhos  
de minha mãe, onda após onda,  
perfeito e calmo, depois,

contra as falésias, já sem bridas.  
Com ele nos braços, quanta,  
quanta noite dormira,  
ou ficara acordado ouvindo

seu coração de vidro bater no escuro,  
até a estrela do pastor  
atravessar a noite talhada a pique  
sobre o meu peito.

---

<sup>4</sup> Eugénio de Andrade, *Ofício de paciência*, Porto, Fundação Eugénio de Andrade, 1994, 46.

Este mar, que de tão longe me chama,  
que levou na ressaca, além dos meus navios?<sup>5</sup>

Neste caso, a situação é exatamente a inversa do poema anterior. Somos convidados a descobrir, em cada palavra, o que por detrás da sua máscara se esconde.

“O mar novamente à minha porta”, desde logo, quase a abrir, numa espécie de intimação ao abrupto da presença inusitada. E, logo a seguir, a metáfora sublime, na afirmação de quem viu, pela primeira vez, o mar, nos olhos de sua mãe, para, mais tarde, dormir com ele nos braços ou ouvir o seu coração de vidro bater no escuro (notável sucessão de metáforas de ímpar ousadia), antes de tudo parecer desembocar na noite “talhada a pique sobre o meu peito”.

Não há, no texto, um só verso que nos não convide à indagação, nenhum que seja ele próprio, fechado, apenas, em si. Mesmo o final, que encerra o paradoxo do destino português: “Este mar, que de tão longe me chama, que levou na ressaca, além dos meus navios?”

O mar. Sempre o mar. Na língua portuguesa. Na poesia portuguesa.

Ousemos questionar um outro poeta bem do nosso tempo, Manuel Alegre:

#### GRAMÁTICA

Eis a língua: território devastado

O rato rói a rolha e a gramática

E as cordas partem-se por dentro da sintaxe

As sílabas da pátria estão superlotadas<sup>6</sup>

Poema enigmático, na sua feição quase metalinguística, apostado, aparentemente, em desconstruir, construindo, ou, talvez, o seu inverso, em construir, desconstruindo. Poema de descrença, que da pátria faz a língua e da língua faz a pátria e a ambas sente acometidas da mesma doença terminal. Por isso, a língua

<sup>5</sup> Eugénio de Andrade, *Branco no branco*, Porto, Limiar, 1984, 34.

<sup>6</sup> Manuel Alegre, *Chegar aqui* (1984), republicado em *Obra poética*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 538.

é “território devastado”; por isso, o rato que rói a rolha, rói, também, a gramática; por isso, as cordas que deveriam acompanhar cantos e descantes se partem por dentro da sintaxe.

Poema de descrença, insisto, que muito aproveitaria ser lido por quem pretende aprender os meandros da língua portuguesa, até lhe ser perguntado, porventura sem que alguma vez soubesse responder, porque estarão as sílabas da pátria superlotadas.

Ou atentemos neste outro poema do mesmo Manuel Alegre, onde exprime, em feliz construção, um retrato de Portugal e da língua que a partir dele se falou por todo o mundo:

#### A FALA

Sou de uma Europa de periferia  
na minha língua há o estilo manuelino  
cada verso é uma outra geografia  
aqui vai-se a Camões e é um destino.

Velas veleiro vento. E o que se ouvia  
era sempre na fala o mar e o signo.  
Gramática de sal e maresia  
na minha língua há um marulhar contínuo.

Há nela o som do sul o tom da viagem.  
O azul. O fogo de Santelmo e a tromba  
de água. E também sol. E também sombra.

Verás na minha língua a outra margem.  
Os símbolos os ritmos os sinais.  
E Europa que não mais Mestre não mais.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Manuel Alegre, *Sonetos do obscuro quê* (1993) republicado em *Obra poética*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 661.

Neste poema de Manuel Alegre, o que mais nos surpreende é a invulgar capacidade de retrato de uma língua e, nela, do povo que a fala.

Uma língua que é e não é Europa. Ou, por outra, uma língua que, sendo Europa, acabou por o não ser na plenitude (ou por deixar de sê-lo), que o seu destino de nação periférica o levou a outros rumos e outras identidades. Ser de uma Europa de periferia é ser, ao mesmo tempo, o que sempre foi e o outro, o que além da fronteira (da periferia) se situa.

É por isso que cada verso é uma outra geografia; porque cada verso de cada poema, de cada poeta, é sempre um ponto de partida para novas descobertas; e será por isso, também, que Camões é um destino, corolário de toda a identidade portuguesa, semente de sua busca e resposta para a sua indagação, se resposta alguma vez pode haver.

E eis-nos no mar, o iniludível elemento camoniano, o tal que faz da língua portuguesa um paradigma do estilo manuelino. E só esta frase (“na minha língua há o estilo manuelino”) seria bastante para com ela gastarmos uma aula inteira na devassa dos múltiplos significados que encerra e das múltiplas identidades da língua portuguesa.

Eis-nos, pois, no mar; retrato acabado de uma língua, onde se sente “o marulhar contínuo”; o mar, esse que faz da nossa gramática uma “gramática de sal e maresia” (novo estímulo para indagações intermináveis).

O resto, bem, o resto é viagem. Fogo de Santelmo, tromba marítima, sombra, sol, outra margem. E talvez a crença de que mais Europa não pode haver onde tanto mar e tanta procura existe.

Não será um texto de primordial importância para a aprendizagem dos rudimentos da língua enquanto objeto de quotidiano; mas é, sem dúvida, um estimulante instrumento para quem tiver por vontade questionar a identidade de um povo na língua que esse mesmo povo fala.

Ou, já que de poetas falamos, Sophia:

COM FÚRIA E RAIVA

Com fúria e raiva acuso o demagogo

E o seu capitalismo das palavras

Pois é preciso saber que a palavra é sagrada  
Que de longe muito longe um povo a trouxe  
E nela pôs sua alma confiada

De longe muito longe desde o início  
O homem soube de si pela palavra  
E nomeou a pedra a flor a água  
E tudo emergiu porque ele disse

Com fúria e raiva acuso o demagogo  
Que se promove à sombra da palavra  
E da palavra faz poder e jogo  
E transforma as palavras em moeda  
Como se faz com o trigo e com a terra<sup>8</sup>

À exceção da acusação ao demagogo e ao seu “capitalismo das palavras”, que o corpo do poema ajuda a compreender, porque lhe serve de mote, todo o resto é de uma transparência linear.

Facilmente se compreende o alcance da afirmação da palavra “de longe” trazida, a guardar, em segurança, a alma do povo que a diz, que a fala, que dela se serve. Como transparente é a segurança com que se diz da palavra que por ela soube o homem de si e com ela aprendeu a conhecer e, portanto, a designar a realidade que o circundava. Poema, afinal, que nos ajuda a compreender a língua e não esta língua; a capacidade de com ela comunicar e não a língua com que se comunica; o simples facto de ser linguagem e não uma linguagem concreta. Texto de reflexão, no fim de contas, a apontar as bases teóricas de quem de comunicação pretenda aprender alguns rumos, essenciais, decerto, a qualquer percurso linguístico. E, no entanto, não passa de um poema.

Nem precisávamos, valha a verdade, de ter esperado pelos poetas da idade moderna, numa língua que se forjou, desde logo, nos primeiros passos

---

<sup>8</sup> Sophia de Melo Breyner, *O nome das coisas* (1977), republicado em *Obra poética II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, 199.

balbuciantes, como todos os primeiros, ainda no berço da nacionalidade e de si própria.

Seria o português (e não falo do português literário, falo do português de todos nós), seria o português o mesmo que temos sem a experiência trovadoresca? Eduardo Lourenço o perguntava, ao sublinhar essa estranha afirmação de uma língua que, desde o seu verdadeiro começo, foi, ao mesmo tempo, masculina e feminina, pátria e mátria em formação, sempre sem uma decisão assumida em escolha complexa e nada fácil:

“De não menos consequência para a nossa língua como canto silencioso da nossa alma, quer dizer, de nós como Desejo, foi o facto de se ter assumido num duplo registo, numa voz ao mesmo tempo masculina e feminina. Talvez se não tenha dado ainda a devida atenção a este ficcional duplo sexo que com tanta naturalidade a nossa cultura endossou em matéria de amores.”<sup>9</sup>

Não vem daí o sentido da palavra amigo, que em língua alguma é tão rica como na nossa? Não bailam, desde então, as palavras, ao ritmo da sua própria música, quer celebrem as avelaneiras floridas, quer questionem as ondas do Mar de Vigo, quer se interroguem sobre os mistérios da visita, ao romper da alva e ao romper da fonte?

Não vem daí a palavra saudade, quase única?

Não é a língua dos trovadores a língua que ainda hoje falamos, na sua pureza mais ancestral, reduzida, por assim dizer, à sua dimensão de húmus, onde todos os jardins de palavras podem nutrir-se?

Poderíamos olhar Camões, esse que da própria língua dizia, na sua metáfora cosmológica, que era a fala do território “que o sol, logo em nascendo, vê primeiro, vê-o também no meio do hemisfério e, quando desce, o deixa derradeiro”.

De tão repetida, a metáfora quase nos acostumou a ela, a um ponto tal que deixámos de a reconhecer no seu traço desviante. Repare-se:

*O sol vê...* já depois do mais comum nascer. Nasce e vê, nessa subtil indistinção de tempos e cronologias, assim liquidando, à uma, a ordem lógica e a hierarquia. E também a semântica, já que mais próprio é do sol ser visto do que ver. Questão

---

<sup>9</sup> Eduardo Lourenço, “Da língua como pátria”: Carlos Reis (org.), *Conferência internacional sobre o ensino do Português*, Lisboa, Ministério da Educação, 2007, 45-50.

de somenos, convenhamos, que o mesmo sol, atingido o meio do hemisfério, continua a ver, agora de um cume altivo, e, ao descer, no seu fado quotidiano, por último a deixa para a retomar, sabemo-lo, sem precisar que o poeta no-lo reafirme, que o dia imediato trará a repetição da saga e do ritual.

Qualquer texto camoniano, aliás, poderia ser alfobre para longo aprendizado da língua em que o poeta mais escreve e se escreve. Um dos seus mais emblemáticos sonetos de amor é disso exemplo manifesto:

Amor é fogo que arde sem se ver,  
é ferida que dói e não se sente;  
é um contentamento descontente,  
é dor que desatina sem doer.

É um não querer mais que bem querer;  
é um andar solitário entre a gente;  
é nunca contentar-se de contente;  
é um cuidar que ganha em se perder.

É querer estar preso por vontade;  
é servir a quem vence o vencedor;  
é ter com quem nos mata lealdade.

Mas como causar pode seu favor  
nos corações humanos amizade,  
se tão contrário a si é o mesmo Amor?

Valerá a pena sublinhar, antes de quaisquer outras considerações, que este soneto camoniano, um dos mais conhecidos e, porventura, um dos mais fascinantes, é, em si mesmo, um manancial de exemplos de enorme utilidade para o aprendizado do Português.

Do ponto de vista gramatical, desde logo: o uso intensivo do infinitivo pessoal (sem se ver, sem doer); o uso do mesmo infinitivo substantivado (um não querer mais, um andar solitário, um cuidar); o uso das preposições; a regência nominal e verbal.



Mas o que mais se destaca, como a crítica tem repetido à saciedade, é a utilização recorrente do paradoxo, do oximoro, da antítese. Perguntar-me-ão qual a utilidade deste uso intenso de um código retórico maneirista e precioso para a aprendizagem do português. E eu responderei com o dito de Saramago acima referido: as palavras vivem em boa paz com as suas contrárias e inimigas. Quanto mais as confrontarmos, mais aprendemos a conhecer cada uma delas.

Difícilmente se apreenderia melhor o significado de cada uma destas palavras (palavras comuns, afinal) do que no confronto com as suas contrárias: o fogo que arde sem se ver, a ferida que dói e não se sente, o contentamento descontente, a dor que desatina sem doer, o não querer mais que bem querer, o cuidar que ganha em se perder, servir a quem vence o vencedor.

O estudo deste soneto camoniano, só por si, poderia constituir um excelente motivo para toda uma aula de Português, mesmo como língua estrangeira.

Ou talvez não.

E revisitaríamos, ainda, tantos outros autores, marceneiros dessa língua que é a nossa e que, na sua oficina de labuta constante, nela vão forjando traços e esboços de renovada identidade.

Bem sei que há quem não pense assim. Mas também um professor que tive sustentava ser possível traduzir um texto só com dicionário, sem o conhecimento de qualquer das línguas, a não ser o conhecimento gramatical, como se denotado e conotado fossem duas faces iguais e indistintas da mesma moeda.

Asserção absurda, bem entendido, aos olhos de qualquer um de nós, e que não fez nem poderia ter feito escola.

Mas, se a asserção é absurda, nesse caso não o será menos o pressuposto daqueles que baniram os textos literários do ensino das línguas, como se à aprendizagem da comunicação fossem, não já só inúteis, mas, mais do que isso, nocivos, assim legitimando o radicalismo de Platão que deixaria os poetas à porta da sua República.

A pergunta, afinal, é muito simples: o que pretendemos quando ensinamos / aprendemos uma língua?

Uma língua é mais do que um instrumento de significação. Uma língua, em movimento ativo no processo de comunicação de que é parte integrante (e, sem

dúvida, a parte maior), significa, mas também age. Move. Estimula. Desencadeia. A teoria dos *speech acts* e das funções performativas da linguagem não é um mero exercício de reflexão inútil. A língua age ou faz agir.

Perguntemos de outro modo: é igual a capacidade performativa da linguagem com ou sem a dimensão estética e desafiante do seu uso em situações marginais (no bom sentido da palavra e mais genuíno), como dela faz a literatura?

Falemos verdade, sem ambiguidades.

O Português que temos, hoje, em cada uma das comunidades dos seus falantes (e muitos eles são), é, afinal, uma mescla diacrónica, se a expressão me é consentida, de muitos sedimentos que séculos de falantes, mas também de poetas e prosadores, foram pondo em contacto. O Português que temos, hoje, e que queremos ensinar não seria o mesmo se, no seu percurso de língua em formação, não tivessem contracenado, em tempos diversos, os trovadores, Camões, Bernardim, a estranheza lírica de um Garrett, a dureza pouco mais que espartana de um Herculano, o sabor a húmus de um Camilo, de um Torga, de um Aquilino, a agudeza felina de um Eça ou um Ramalho ou um Guerra Junqueiro, a expressão transparente de um Bocage e por aí fora.

Dir-me-ão que o Português que se fala e que é preciso ensinar não é esse. Não será?

De onde nos vem a música, a criatividade que faz de qualquer português um fabricante de metáforas, a expressividade no falar, a riqueza vocabular?

A memória cultural não é privilégio exclusivo das elites culturais. A memória cultural não é um emblema de uma qualquer aristocracia, seja ela de sangue, livresca ou de qualquer outra natureza. A memória cultural é um legado sem escrituras formais, sem notário, sem registo de propriedade. A memória cultural é tanto parte de nós quanto o ar que respiramos. Respiramo-la, por isso, ao mesmo tempo que nos corre nas veias.

Ora, a língua é essa memória cultural. Semente e cimento de identidade, nela se forja o nosso retrato de povo mesclado de povos. A nossa língua não é, somente, filha do linguajar das ruas, dos porões dos navios, do contracenar de povos nos múltiplos cais onde embarcámos e desembarcámos, alforge repleto de palavras. Não. A nossa língua é filha de tudo isso, cimentou-se em todas essas encruzilhadas, convés e marés, ventos e contradanças de destinos de rumo vário, mas

nutriu-se, também, dos cantos dos trovadores, das páginas de poetas, das efabulações de novelistas, contistas e seus pares de maior fôlego.

Teria uma delas sobrevivido sem a outra, sem dúvida. Mas essa não seria a nossa língua. Aquela de onde se vê o mar.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2012)